

UF *m* G

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais
FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS**

F I E I

**FORMAÇÃO INTERCULTURAL
PARA EDUCADORES INDÍGENAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

SAIARA NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO

LUTAS E ESTEREÓTIPOS DA MULHER INDÍGENA

**BELO HORIZONTE
2021**

SAIARA NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO

LUTAS E ESTEREÓTIPOS DA MULHER INDÍGENA

Percurso acadêmico apresentado ao
Programa de Formação Intercultural para
Educadores Indígenas da Faculdade de
Educação da Universidade Federal de
Minas Gerais

Área: Ciências Sociais e Humanidades

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Gomes

BELO HORIZONTE

2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à Deus e ao meu Santo Expedito que fizeram com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

Agradeço aos meus pais e irmãos, e ao meu cônjuge, pela força e apoio.

Agradeço em especial à bolsista Victória Lopes Dias e à professora Ana Maria Gomes por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, Pedro Rocha, Ana Gomes, Paulo Maia e Pablo Lima, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a nossa turma.

Agradeço pelo apoio da Escola Indígena Pataxó Boca da Mata e a minha comunidade.

Agradeço aos meus colegas, pelos bons momentos e trocas de conhecimentos e experiências, pela amizade e companheirismo durante o curso, em especial, à Ana Clara, Sandriana e Viviane com quem dividia a angústia e a ansiedade durante a realização de todo o trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta apresentar estudos feitos através de revisões bibliográficas e entrevistas, com o objetivo de evidenciar as ideias preconcebidas sobre as mulheres indígenas presentes na literatura e na mídia televisiva. Além disso, pretendo explicitar os preconceitos que nós mulheres indígenas sofremos, assim como apontar as nossas ferramentas de luta que se manifestam através da escrita, das mídias sociais, dos textos, dos poemas, dos cantos e das organizações sociais. O objetivo principal do trabalho é demonstrar como as nossas estratégias de luta têm sido utilizadas para dissolver esses estereótipos e quebrar o silenciamento imposto às mulheres indígenas.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1: Exposição dos produtos na feira de Caraíva | 25 |
| Figura 2: Comercialização de produtos durante a exposição | 25 |
| Figura 3: Sabões medicinais | 26 |
| Figura 4: óleos e pomadas anti-inflamatórias..... | 26 |
| Figura 5: Tipi e rapé | 27 |
| Figura 6: Garrafadas e artesanatos feitos com materiais naturais | 27 |
| Figura 7: Folha da pitanga | 30 |
| Figura 8: Folha de aroeira..... | 30 |
| Figura 9: Folha de favaquinha de galinha | 31 |
| Figura 10 Folha de Quiolô..... | 31 |
| Figura 11: Casca da aroeira | 32 |
| Figura 12: Casa do cajueiro | 32 |
| Figura 13: Folha da arruda | 33 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| Memorial e descrição da Terra Indígena Pataxó | 7 |
| CAPÍTULO I..... | 10 |
| MULHERES INDÍGENAS E ESCRITA:..... | 10 |
| CONSTRUINDO A AUTORIA INDÍGENA | 10 |
| 1.1 – MULHERES INDÍGENAS NAS PESQUISAS E SEUS ESTEREÓTIPOS EM DIVERSAS FONTES: LIVROS, TELEVISÃO E CINEMA..... | 10 |
| 1.2 - A ESCRITA DAS MULHERES INDÍGENAS: ELIANE POTIGUARA E CÉLIA XAKRIABÁ | 12 |
| CAPÍTULO II..... | 17 |
| AS MULHERES INDÍGENAS NA VIDA COTIDIANA E NA LUTA..... | 17 |
| As lutas das mulheres na aldeia do povo Pataxó: Entrevistas | 17 |
| 2.1- Arissana, mulher indígena, artista plástica, professora e mãe..... | 17 |
| 2.2- Erilsa Braz dos Santos 40 anos, Mulher, indígena, mãe, liderança e vice cacica da aldeia de Barra velha | 20 |
| 2.3 A experiência de ser mãe e redes de apoio | 22 |
| 2.4 A participação das mulheres indígenas na comunidade | 23 |
| 2.5 Associação das Mulheres Indígenas da Aldeia Boca da Mata | 24 |
| 2.3- Parto e nascimento: as experiências das mulheres indígenas..... | 28 |
| Parto e cuidados..... | 28 |
| CAPÍTULO III | 37 |
| O MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS NO CONTEXTO BRASILEIRO.. | 37 |
| 3.1- Primeira marcha das mulheres indígenas de 2019 e a criação da ANMIGA em 2121 | 40 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: | 41 |
| A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS CONTINUA | 41 |

INTRODUÇÃO

Historicamente as mulheres indígenas desempenham papéis fundamentais, como agentes de mudanças nas famílias, nas comunidades e na vida do seu povo. Elas se organizam e reivindicam a sua cidadania. Mesmo com o seu protagonismo a sua presença é rara nos espaços feministas. As mulheres indígenas acabam sendo um grupo pouco falado nas discussões sobre o feminismo (Branco) e são as que mais são afetadas pelo modelo econômico brasileiro.

O feminismo branco conhece pouco as especificidades da mulher indígena. Ele desconsidera os resquícios que a colonização europeia impõe sobre os corpos de mulheres negras e indígenas. Faltam diálogos que contemplem as realidades de mulheres não brancas. Por isso, ao falar de feminismo é preciso pluralizar o movimento para que as demandas das mulheres indígenas sejam acolhidas. A minha intenção com este trabalho foi desmistificar a imagem da mulher indígena dos estereótipos repassados por livros, cinemas, televisão e outros meios de transmissão.

Pretendi mostrar a luta das mulheres indígenas por seus direitos e pelos os do seu povo. Além disso, problematizei as ideias preconcebidas de que nós mulheres indígenas somos ingênuas, passivas e possuidoras de uma sensualidade exacerbada, e que têm como único papel gerar filhos. Nem todas nós querem ser mães somos também capazes de gerar representatividade feminina.

Para fundamentar as discussões que propus, utilizei como métodos de pesquisa a revisão bibliográfica e as entrevistas.

Memorial e descrição da Terra Indígena Pataxó

Eu, Saiara Nascimento da Conceição 22 anos, nasci em 17 de Novembro de 1998, na Aldeia Boca da Mata, localizada no território de Barra Velha, município de Porto Seguro, extremo sul baiano. Me identifico como mulher indígena. Iniciei meus estudos na Aldeia Cassiana em 2003. Lembro-me que a sala de aula era bem pequena, com cimento vermelho no chão e feita de pau a pique, nela estudavam crianças de idades diferentes. Tenho poucas recordações desse período, me lembro apenas das brincadeiras com nossa professora Luciana.

Depois de um tempo passei a estudar na escola de Boca da Mata, onde tínhamos

inúmeras brincadeiras, a que está mais viva em minha memória é o queimado. Nesta brincadeira você tenta acertar “queimar” o adversário com uma bola. Se você jogar a bola nele e ele agarrar, você estará queimado. O time que tiver o maior número de participantes queimados perde jogo, e o time que tiver mais jogadores sem se queimar vence.

Nesse período eu gostava de sentar no pátio da escola com meus amigos e ficar conversando, ou brincando de pique-pega. A estrutura desta escola também era de pau a pique e cimento vermelho. Havia um quadro negro em cima de uma mesinha e as turmas eram divididas por idade. Minha pequena escola era como minha segunda casa, minhas professoras eram como segundas mães.

Em 1951, aconteceu uma guerra muito triste em Barra Velha. O capitão da aldeia Honório Ferreira e mais três Pataxó viajaram até o Rio de Janeiro para reivindicar seus direitos e suas terras. Como não possuíam dinheiro para a viagem, eles saíram a pé, com previsão de retomar somente quando conseguissem ser ouvidos. No Rio de Janeiro o tal Rondon falou que tomaria as devidas providências e que mandaria engenheiros para demarcar as terras. Então Honório e seu grupo voltaram para casa acompanhados de dois homens brancos que se diziam engenheiros.

Os dois homens chegaram iludindo os índigenas com intuito de roubar a venda do senhor Teodomiro. Os índios os receberam inocentemente. Fizeram uma reunião, alguns decidiram saquear e outros foram contra. Pegaram Teodomiro, amarraram, carregaram, jogaram-no na praia e roubaram toda a mercadoria. Por coincidência, na hora ia passando um homem que perguntou o que estava acontecendo, Teodomiro respondeu que os índios tinham feito aquilo com ele. Esse homem que o encontrou foi até a linha do telégrafo e comunicou à polícia de Porto Seguro e de Prado. Assim que receberam a denúncia toda comunicação no local foi cortada.

No dia seguinte de madrugada eles chegaram atirando. Houve até troca de tiros entre os policiais de Porto Seguro e Prado que pensavam que os tiros vinham dos índios, quando eles perceberam que não era os índios que estavam atacando, uniram forças para atacar os índios. Assim teve início o massacre do povo Pataxó.

Segundo seu Ascilino, foi depois do fogo de 51 que as pessoas começaram a morar na Boca da Mata, que antes era um lugar utilizado apenas para a caça. Este local era uma floresta profunda, a sua entrada era uma pequena boca na vastidão da mata, por isso recebeu o nome de Boca da Mata.

Quem começou a vir à Barra Velha primeiro foi a família dos Braz Tibúrcio, pai de Ascilino, Capanga, Josafá e depois chegou Firme. Eles começaram a morar em

palhoças onde hoje é o campo. Depois foi Chico Mariano que morava na cabeça da ladeira. Ele conta que antes era tudo mata grossa e os que chegavam construíam palhoças em círculo no meio da mata. Depois outras famílias foram chegando, como: os Ferreira, Farias, Conceição e o pessoal dos pesca e Santana.

Novas famílias chegavam, inclusive doze famílias de outras aldeias. Eles faziam suas casas, desbravando as matas, pois no começo era tudo mata brava. As primeiras casas foram construídas ao redor do campo que era onde eles chegavam e depois iam adentrando na mata. Com o passar do tempo iam chegando mais famílias que construíam suas casas ao redor do campo.

Hoje, depois de mais de quarenta anos, a Aldeia Boca da Mata tem aproximadamente 209 famílias, e conta com uma população de aproximadamente 1.500 pessoas que têm como meio de subsistência a agricultura e a produção de artesanatos de madeira. Estas atividades geram 30% da renda da aldeia, os outros 70% vêm de pessoas empregadas na educação e na saúde da aldeia, e do cultivo de pimenta-do-reino, de hortaliças, do café, entre outros, há também umas poucas cabeças de gado.

CAPÍTULO I

MULHERES INDÍGENAS E ESCRITA: CONSTRUINDO A AUTORIA INDÍGENA

1.1 – MULHERES INDÍGENAS NAS PESQUISAS E SEUS ESTEREÓTIPOS EM DIVERSAS FONTES: LIVROS, TELEVISÃO E CINEMA

Ser indígena é sinônimo de resistência, e ser mulher é sinônimo de força, imagine então o poder das mulheres indígenas envoltas em um poder de resistência ancestral que se unem para buscar os direitos do seu povo. Elas buscam, através da luta, a igualdade e o respeito por seus corpos e suas crenças. E também reivindicam seu território e a visibilidade às mulheres de suas aldeias.

No artigo “A inserção da mulher indígena Brasileira na sociedade brasileira contemporânea através da literatura”, que reflete sobre o uso da literatura como ferramenta de lutas das mulheres indígenas, as autoras verificam que este processo começa acontecer no século XX.

“Ao procurarmos informações referentes à colonização europeia no território brasileiro, a história registra passagens bárbaras e grotescas no processo de colonização contra os povos que aqui habitavam” (KAUSS & PERUZZO, 2012 ,p.32).

Todas as muitas e diferentes etnias que ocupavam o território foram denominadas, pelos europeus, de “índios”; vistos como seres inferiores pelos parâmetros científicos da época, que consideravam os europeus como uma raça superior e “civilizada”. (KAUSS & PERUZZO, 2012 ,p.32-33).

Diversas e numerosas etnias que viviam no Brasil quando o colonizador europeu invadiu o território passaram a ser chamadas de “ índios”. Essa denominação genérica não abrangia as diversidades e especificações das diferentes etnias. Estes povos foram subjugados como seres inferiores e bárbaros (KAUSS & PERUZZO, 2012)

Podemos observar muitos estereótipos registrados em obras literárias produzidas por autores não indígenas. Em tais obras encontram-se referências de que não há beleza na mulher indígena, ou ainda encontramos a projeção de valores sociais alheios aos mundos indígenas. Sobre este aspecto podemos citar “Iracema”, uma obra indianista

clássica do romantismo brasileiro escrita por José de Alencar em 1865.

Em seu romance ao descrever a índia Iracema, como “mulher e esposa ideal”, suportando “sem revolta o desprezo do esposo” (CAVALCANTI, 2002, p. 12 *apud* KAUSS & PERUZZO, 2012 ,p.40), José de Alencar projeta na mulher indígena uma representação feminina própria de uma sociedade ocidental, patriarcal e eurocêntrica.

A construção da imagem da mulher indígena carregada de esteriótipos e preconceitos é atualizada na contemporaneidade através de representações das mulheres indígenas presentes no cinema e na teledramaturgia brasileira. A título de exemplo posso citar uma análise que realizei sobre a telenovela “Araguaia” produzida pela TV Globo e exibida no período de 27 de setembro de 2010 a 9 de abril de 2011.

Constituída de 166 capítulos a trama da novela tinha como cenário às margens do rio Araguaia e contava a saga do personagem Solano, um homem branco que desafiou uma maldição Karuê.

Analisando o discurso narrativo da obra, pude observar uma forte carga de objetificação e hipersexualização do corpo da mulher indígena. Na trama, Estela Kuarê uma mulher indígena (última descendente de seu povo) é retratada como um instrumento da maldição do povo Karuê. Estela seduzia Solano, e este lutava contra a sedução por medo da maldição que o condenava à morte.

Além disso, a mesma novela reforçava a representação genérica e preconceituosa dos índios como o bons selvagens que vivem em oca, dormem em redes e sobrevivem apenas da casca e da pesca. Destaco que essa prática também se repete em obras cinematográficas.

É importante ressaltar que estas representações são perigosas para os povos indígenas, pois induzem ao erro, e reforçam os estereótipos de que todos os indígenas são da mesma maneira, o que invisibiliza as pluralidades culturais e sociais de cada povo.

Outro assunto que trazia admiração aos portugueses era a nudez feminina indígena que era vista com lascívia. Para o indígena a nudez faz parte da sua natureza, e não era vista como forma de sensualizar ou de sexualizar os corpos, nem de atrair o sexo oposto.

Para os povos indígenas, andar nu fazia parte de seu cotidiano e suas convenções sociais ratificaram esse costume, ao contrário do que acontecia na Europa, recém saída da Idade Média, que condenava o corpo humano como pecaminoso, caminho para a lascívia, para a luxúria e para o inferno. Lá, as mulheres precisavam cobrir totalmente seu corpo, não podiam se deixar olhar porque, baseada em um pensamento misógino, principalmente a Igreja, que era quem ditava o bom proceder moral, via no corpo feminino uma via de transgressões que levava invariavelmente à senda do pecado e do inferno (KAUSS & PERUZZO,

Ao falar do universo feminino brasileiro, nos vêm à mente , a mulher preta e a mulher branca, mas raramente nos vêm à mente a mulher indígena, isso se deve a invisibilidade atribuída aos povos indígenas no Brasil.

Um exemplo bem claro é quando vamos procurar textos literários sobre mulheres indígenas. Os poucos textos que encontramos não as colocam como personagens principais e quando as colocam elas estão idealizadas ou carregadas de estereótipos pejorativos.

Para as pessoas indígenas, o respeito que se dá aos que tem mais idade é algo vital e de grande relevância, pois eles simbolizam a sabedoria ancestral e a sua memória. Os mais velhos têm a função de preservar informações ancestrais e de possibilitar a manutenção da identidade indígena. Em nossa cultura as mulheres e as crianças também são respeitadas. As mulheres são consideradas mais próximas da mãe terra, ou seja, muito preciosas por terem o dom de gerar a vida em si para perpetuar o seu povo.

O guia de pesquisa “Coisas de Índio”, do professor e escritor Daniel Munduruku diz que “As crianças ocupam um espaço privilegiado na sociedade indígena. Desde o momento que nascem são tratadas de forma muito carinhosa” (MUNDURUKU, 2003, p. 48). Nas comunidades indígenas os mais velhos são muito respeitados, eles simbolizam a sabedoria, por isso, sempre são procurados para se dar conselhos, contar causos e ensinar sobre os mistérios da vida. As crianças são vistas como um ser em aprendizado, por isso em toda a atividade elas estão sempre por perto para aprender através do exemplo e da oralidade.

As mulheres são valorizadas pela participação, pela força e pela garra com que trabalham em conjunto com os homens. Cada um contribui com sua ajuda, sem paradigmas de sexo ou de inferiorização de trabalho; cada um contribui com seu trabalho.

1.2 - A ESCRITA DAS MULHERES INDÍGENAS: ELIANE POTIGUARA E CÉLIA XAKRIABÁ

A literatura escrita deu autonomia e possibilitou as mulheres indígenas mostrassem seus rostos a sociedade não indígena, deixando seus legados, levantando bandeiras de luta, buscando por reconhecimento, autonomia própria e de seu povo.

Quebrando padrões e dissolvendo estereótipos de que a mulher indígena é passiva e ingênua, mostrando que somos guerreiras e empoderadas.

As mulheres indígenas atualmente estão tomando posse da escrita, para elas mesmas mostrarem o sofrimento, a violência e a marginalização que sofrem desde o processo de construção da sociedade não indígena que começou com a colonização e vai até os dias de hoje .

A escrita está sendo usada como instrumento de luta para garantir o seu lugar de direito numa sociedade que as marginalizou desde o seu processo de formação. E é um pouco desse grito de revolta e de dor que podemos encontrar em seus poemas e textos narrativos.

É o que podemos perceber no trecho de um belo poema de Eliane Potiguara que diz:

Não sou violência

Ou estupro

Eu sou história

Eu sou cunhã

Barriga brasileira

Ventre sagrado

Povo brasileiro

Ventre que gerou

O povo brasileiro

Hoje está só ...

A barriga da mãe fecunda

E os cânticos que outrora cantava

Hoje são gritos de guerra

Contra o massacre imundo.

(Potiguara, 2004, p. 34-35).

Atualmente as mulheres indígenas tornaram-se possuidoras da palavra, dominaram a escrita em nível acadêmico e a utilizam como instrumento de defesa. Elas estão colocando no papel o que ficava apenas na oralidade, assim se tornam visíveis na sociedade onde sempre as invisibilizou.

As mulheres indígenas assumiram papéis de líderes para defenderem e

conseguirem seus direitos e de seus povos. Elas lutam para que políticas públicas sejam instituídas para que possam reivindicar seus direitos, como a demarcação de terras que originalmente pertenciam a seus povos e foram tomadas pelo processo colonizador, as leis que as defenderem da violência física, psicológicas, abusos sexuais e exploração da mão de obra. Lutam também para conseguir saúde, escolas para crianças, discutir padrões e lutar para quebrar estereótipos e preconceitos a elas instituídos.

Nós indígenas não fazemos literatura apenas na escrita, nós vivemos a literatura. É algo que transcende a linguagem, que vai do corporal ao espiritual, que passa de pessoa para pessoa, com cantos, pinturas e no modo único de viver. Essa forma única de expressão consideramos literatura.

As mulheres indígenas vão abrindo seu espaço, se adaptando e cada vez mais conquistando espaços, através dos seus textos literários, textos estes que são utilizados para manter viva, a memória, a história e a identidade de um povo, com narrativas, romances, poesias, contos e causos. Mesmo com essas novas formas de ver o mundo, as pessoas indígenas não esquecem seu lugar de origem, nem do desafio maior que é buscar por equidade, e por respeito ao seu lugar social enquanto mulher indígena.

No Brasil, temos, entre outras referências, duas figuras femininas que se destacam na literatura, por divulgar as condições de vida das mulheres indígenas: Graça Graúna e Eliane Potiguara. Eliane é conhecida nacional e internacionalmente com seu trabalho de defesa dos povos indígenas. Foi a primeira escritora nativa que conseguiu, com seu poema “Identidade Indígena”, na década de 70, ganhar publicação de abrangência nacional e “driblar a censura e o regime militar” (POTIGUARA, 2004, p. 18). Vejamos um fragmento do poema:

Nosso ancestral dizia: temos vida longa

Mas caio da vida e da morte

E range o armamento contra nós

Mas enquanto eu tiver o coração aceso

Não morre a indígena em mim

E nem tampouco os compromissos que assumi

Perante os mortos

De caminhar com minha gente passo a passo

E firme em direção ao sol [...]

(Potiguara, 2004, p. 102).

Eliene Potiguara retrata o poder e a força dos não indígenas, que, se utilizando de armamentos, poder político, econômico e força bruta contra os povos indígenas, tiraram-lhes a garantia de viver suas próprias histórias, impondo novos costumes e crenças. Potiguara não aceita a morte da identidade indígena e permanecerá lutando pelo seu povo enquanto tiver vida.

Do âmago da mulher indígena, por causa do desrespeito aos povos nativos, surge uma fera selvática – sua verdadeira identidade - empossada de coragem para defender e erguer-se em defesa de seu povo diminuído, que está num “novo mundo” convivendo com doenças, desamparos, estereótipos e explorações das mais deploráveis, como o alcoolismo e as loucuras. Tudo isso desde o século XVI até os dias atuais, século XXI.

Para sair do anonimato, mostrar-se como um ser de valor, emergir no mundo contemporâneo e dissolver os estereótipos, é necessário movimento. A literatura foi um dos alicerces para a impulsão da luta da mulher indígena. Para fortalecer essa luta feminina indígena, entre outras ações afirmativas, surgiu o RUMINA, uma Rede de Comunicação Indígena.

Esta rede foi criada no ano de 1987 e tem como finalidade promover o acesso de mulheres e homens indígenas ao exercício da cidadania. Através dessa entidade, luta-se pela efetiva construção de políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres indígenas em relação aos problemas e preconceitos que enfrentam em sua luta cotidiana por um lugar a que tem direito na sociedade brasileira.

Observa-se com certa facilidade que a literatura é um dos principais instrumentos culturais de inserção social para uma minoria, independente de etnia ou classe social, econômica ou política. Através dela, a voz pode ser representada para a divulgação do conhecimento.

Célia Nunes Correa, também conhecida como Célia Xakriabá, é uma professora e ativista indígena do povo Xakriabá em Minas Gerais, Brasil. Ela luta pela reestruturação do sistema educacional, no apoio às mulheres e pela juventude dentro dos Xakriabá, e na mudança das fronteiras geográficas para manter seu território.

Célia Xakriabá começou seus estudos de educação básica na Escola Estadual Indígena Xukurank em São João das Missões, na Terra Indígena Xakriabá. Após concluir

seus estudos na terra indígena prosseguiu em seus estudos indo para outras cidades. Célia fez parte da primeira turma do FIEI da Universidade Federal de Minas Gerais que se diplomou em 2013. Em 2016 ela obteve o título de mestre em Desenvolvimento Sustentável com área de Concentração em Sustentabilidade Junto a Povos Tradicionais, na Universidade de Brasília.

Célia foi a primeira mestra do seu povo, atualmente ela cursa o doutorado em Antropologia na UFMG. O seu tema de interesse é a luta da reestruturação do sistema educacional.

Em sua dissertação, ela se refere a uma atividade desenvolvida especialmente por mulheres: a produção de cerâmica:

Sempre me chamou muita atenção algumas mulheres Xakriabá que trabalham com barro uma vida toda, vejo como uma prática constituída de um conjunto de sabedorias, não apenas da mente e das mãos que constroem, mas todo o movimento do corpo é que vai elaborando um conhecimento. Esta elaboração corporal posso dizer que são constituídas por outras epistemologias. Faço essa reflexão para lhes contar uma experiência que me chamou muita atenção. No ano de 2015, duas mulheres Xakriabá foram convidadas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para ministrar um curso para alunos de Arquitetura em um curso chamado Mestres Tradicionais, que é uma iniciativa bem importante, organizada por um coletivo da universidade que reconhece estes saberes que estão nos sábios/sábias das populações tradicionais. (O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá : reativação da memória por uma educação territorializada,2019. P.188)

CAPÍTULO II

AS MULHERES INDÍGENAS NA VIDA COTIDIANA E NA LUTA

As lutas das mulheres na aldeia do povo Pataxó: Entrevistas

Nesta seção apresento as entrevistas realizadas no contexto da pesquisa, elas foram muito enriquecedoras e se referem a experiência de lutar de duas mulheres Pataxó. Os dois relatos me propiciaram uma imersão maior na experiência de luta cotidiana de outras mulheres indígenas do meu povo.

2.1- Arissana, mulher indígena, artista plástica, professora e mãe

Meu nome é Arissana, sou filha de Meruka e Wilson. Desde 2014, estou como professora do Colégio Estadual Indígena, que fica na Terra Indígena Coroa Vermelha, geralmente leciono as disciplinas de arte e patxôhã para as turmas do ensino médio. Estudei entre 2005 a 2009 no curso de Artes Plásticas e concluí o mestrado em Estudo Étnicos e Africanos em 2012, ambos os cursos feitos na Universidade Federal da Bahia. Atualmente curso o doutorado em artes visuais na mesma universidade.

Sempre que posso realizo alguns trabalhos artísticos e participo de algumas exposições pelo Brasil. Minha mais recente participação foi na mostra artística do Festival Rec tyty (2021), de curadoria de Ailton Krenak, Naine Terena, Cristine Takuá e Carlos Papá.

Quais são suas experiências como mulher indígena?

Acredito que minhas primeiras experiências venham da relação familiar, das aprendizagens que vêm dos nossos pais. E no caso específico da mulher indígena, essas primeiras experiências vêm de processos de aprendizagem com minha mãe que sempre nos (eu mais minhas cinco irmãs e mais dois irmãos) conduziu às tarefas cotidianas, antes por ela também aprendidas com seus pais, pois assim como eles, ela não frequentou escola. Ela sempre gostou de uma rotina diversa, livre e imprevisível, sempre guiada pela vontade de fazer, de acordo o tempo e a necessidade.

Como morei em área rural até meus 16 anos, minhas experiências são mais desse ambiente até vir a morar em Coroa Vermelha, onde convivi diariamente nesse ambiente mais urbano e com fluxo grande de turismo.

Sempre acompanhávamos nossa mãe em Atividades diversas que ela fazia, seja cuidar da casa até atividades rotineiras que ela gostava e que ajudava na subsistência como pescar (de anzol, gereré ou de rede); ajudar nos plantios (geralmente de feijão , milho, mandioca e aipim); na farinheira (ajudando a descascar as mandiocas para fazer farinha e beiju) ; a costurar e a pintar panos de prato (minha mãe costurava calcinhas, pintava panos de prato e trocava na aldeia Barra Velha por colares, e depois os vendia em outros lugares como nas cidades praieiras e na feira Hippie em Belo Horizonte .

Em Coroa Vermelha, conheci a dureza do ambiente urbano, da necessidade do trabalho assalariado, foram minhas primeiras experiências com custos para me manter e pior , me custear em um ambiente urbano. Coroa Vermelha já não era a Coroa Vermelha de antes relatadas pelos mais velhos, já era um ambiente onde tudo que se comia precisava ser comprado. Mas sobrevivi. Concluí o ensino médio e logo fiz uma seleção para dar aulas na escola Indígena. Comecei a lecionar, ainda muito jovem, aos 19 anos.

Passados três anos surge o sistema de cotas na UFBA. Em 2004, eu e mais vinte indígenas de Coroa Vermelha desafiamos nossa própria condição ao tentar fazer o vestibular para cursar uma universidade, coisa que passava distante ainda da minha cabeça àquela época e ainda estava distante da comunidade que, nessa época, acredito que tinha apenas dois indígenas cursando o ensino superior.

Para minha surpresa passei no curso de artes plásticas, ia realizar um sonho de criança que era aprimorar nas técnicas de pintura e desenho. Na época, por ser professora, recebi algumas críticas, iria sair da comunidade e os críticos diziam que eu estava estudando em benefício próprio pela escolha do curso e por estudar fora, diziam que os estudantes indígenas ao saírem pra estudar fora deixam suas comunidades, assim passei junto com outros estudantes uma luta dura para garantir o direito de estudarmos e concluirmos o curso que escolhemos fazer.

Lembro de um seminário do Prolind em 2006 em Brasília que teve uma discussão nacional em torno dessa questão: uns contra o apoio aos estudantes que saíssem para estudar fora e poucos a favor. Naquela época o foco era o apoio a formação somente de professores através de cursos modulares.

Mas com o tempo, e com acesso de novos estudantes da própria comunidade na

UFBA , esse esse tabu foi quebrando e o movimento indígena também passou a apoiar, pois viu a necessidade da presença indígena em outras áreas, principalmente da saúde.

Qual o lugar da mulher indígena em geral , e da mulher indígena Pataxó hoje na vida das aldeias?

Acredito que o lugar da mulher indígena hoje é onde ela queira e tenha a oportunidade de estar, acredito que temos que ter essa liberdade de escolha.

Mas se formos traçar um panorama dos lugares que a mulher Pataxó ocupa hoje na comunidade veremos que são diversos, desde cargos antes só ocupados por homens como de cacique, até cargos antes ocupados somente por não indígenas como é o caso das funções de professora, enfermeira, agente de saúde etc.

Qual sua experiência como mãe?

A vida de mãe vinculada as outras funções que hoje a mulher indígena tem como, trabalhar fora de casa, como é o meu caso que sou professora, é bem complexa.

Minha filha nasceu em 2012 , fazia cerca de oito meses que tinha retornado para Coroa Vermelha. Mas desde que minha filha nasceu, há oito anos atrás , priorizei está sempre perto dela.

Tive o privilégio de não colocá- lá em uma creche, e pude cuidar dela e acompanhar todo seu crescimento. Isso porque sempre dei aula em escolas indígenas que sempre aceitaram a presença dela e de outras crianças que são filhas e filhos dos funcionários. Ela me acompanhou no trabalho da escola desde quando estava na barriga, e depois da licença maternidade, desde os oito meses de nascida. Mas sempre contei com minha mãe e irmãs para olhar ela quando não dava para levá- lá para a escola ou a determinados lugares.

Hoje, assim como minha mãe fez comigo, ela me acompanha nas atividades quando é possível, mas sempre levo ela para acompanhar a avó em sua lida com a roça para aprender com ela também.

Você sente preconceito/ ou tratamento diferente na sua vida por ser mulher e indígena?

Não sei se por ser mulher, mas por ser mulher indígena a gente percebe isso por onde vamos. Minha experiência mais cruel com relação a isso, foi na própria universidade quando fui até a assistência estudantil fazer minha inscrição como estudante para solicitar os benefícios que a universidade cedia aos estudantes em geral. A resposta que tive que por ser indígena, o meu caso era com a FUNAI. As palavras não me recordo muito, mas foi mais ou menos assim: " aqui a gente não cuida de índio, o casos de vocês é com a FUNAI". Isso me fez pensar o quanto o nosso povo foi excluído de muita coisa e até do direito de viver em seu próprio território.

O que te dá mais alegria como mulher indígena?

Acredito que em saber que você pode contribuir de alguma forma na formação das crianças e dos jovens na comunidade.

2.2- Erilsa Braz dos Santos 40 anos, Mulher, indígena, mãe, liderança e vice cacica da aldeia de Barra velha

Aos 16 anos começou no movimento indígena, mas já começou entrando como agente indígena de saúde. Quando começou a criar a formação de agentes de saúde indígena de saúde na Bahia, onde participava de reuniões. Mas ela gosta de dizer assim que desde de criança ela ia para as reuniões, para ficar escutando e isso lhe chamava muita atenção a questão de estar no movimento lutando pelos nossos direitos

Como agente de saúde começou a trabalhar quase dois anos voluntariamente, depois foi remunerada. E nesse movimento aos 19 anos ela ficou grávida, aí ela se lembra que estava no sexto ano que equivale ao 5 ano do fundamental II hoje. Quando ficou grávida teve que vir embora, porque tinha aquela trajetória de acordar as 4:00 da manhã e estudar, fora aí quando engravidou teve que vir embora para a aldeia, mas sempre tinha aquela vontade de estudar e de estar na luta ai se lembra de uma fala do pai dela que não se esquece nunca ele se virou para ela e falou assim que não esquece nunca que diz assim “ Ah para que que você quer estudar, para que?”

“Você quer estar na luta? Se você quisesse você não tinha casado, acho que agora que você casou que você está grávida, você vai ter um filho, você tem que se quietar e parar com isso” aí ela se virou para ele e disse : *não de jeito nenhum eu acho que mulher não nasceu só para filho, para cozinhar a vida continua.* Aí ela foi trabalhando, teve

seus filhos, estudava e estava nos movimentos, se tinha reunião ela participava onde chamasse ela estava.

Ela fala que tem uma coisa que gosta muito de dizer para as mulheres que filho não empata, seguirmos nossa vida e ir para os movimentos buscar seus direitos. Depende de nós queremos, de ir para frente e ter atitude e não se esmorecer porque tem filho e as vezes casou, porque coisas negativas escutamos muito.

Fala para não darmos ouvido, porque dentro do povo indígena, das comunidades, e uma coisa que ela conseguiu ver que dentro do território Barra Velha, ela foi a primeira vice cacica, para podermos ver que o machismo é tão forte dentro das nossas comunidades, dentro do nosso povo, que não tem mulheres vice cacica e caticas. Se sente que são superiores a gente, que nossa fala não é válida.

Falam que ela é uma vice cacica, que fala muito, e pensam que têm que barrar ela, por ser uma mulher forte e imponente, porque vive ainda no preconceito grande entre as lideranças de homens, e fala que nós mulheres temos que quebrar isso. Durante a pandemia no dia 12 de outubro ela entra como vice cacica.

Ela fala que entrou pela cobrança das lideranças pelos universitários, querendo a participação deles. E como a aldeia Barra Velha estava sem vice cacique então resolveu falar com o cacique *olha eu quero ser vice , com você*, porque se fosse como escolha deles não seria de jeito nenhum, e estaria aberto a vaga para vice cacique justamente pela ideia que foi inserida na nossa cultura da liderança puramente masculina, E justamente por isso que cada vez mais mulheres estão usando sua voz para quebrar o patriarcado inconscientemente enraizado e quebrando ideais assim ocupando nos lugares dentro de suas comunidades.

Então ela resolveu se candidatar, aí não tinham aparecido ninguém, como as pessoas da aldeia já confiavam a luta dela como professora e nos movimentos em busca de direitos, mas ela disse que não foi todo mundo que aceitou não, principalmente entre as lideranças por ela ser mulher.

Achavam que ela falava demais, porque ela fala que quando temos conhecimento acadêmico, principalmente a licenciatura intercultural temos a visão de comunidade, de coletivo de como funciona e hoje. A maioria das lideranças pode estar vendo por um lado do negativo as vezes não aceitam e acham que por estarmos na universidade queremos mudar tudo, e pensam que tem que ser no rumo deles.

Conta que já sofreu ameaças de morte, por causa de ir contra vendas e arrendamento de terras indígenas, ela fala que é muito bom estar nos movimentos mas

tem que ter coragem, principalmente sendo mulher.

Ela conta que foi muito aceita pela comunidade indígena de Barra Velha por já vir agindo em movimentos e por conhecer outros caciques, mas sofreu preconceito, intimidações e tentativas de mexer com sua autoestima por lideranças e pessoas de sua comunidade.

2.3 A experiência de ser mãe e redes de apoio

Erilsa conta que quando não tinha filhos podia sair sem preocupação, mas quando teve seu primeiro filho aos 19 anos, teve o apoio do esposo para continuar na luta, e falava se isso era o que ela queria ele estava lá para apoiá-la.

Ela fala que quando teve seu primeiro filho aos 19 teria desistido se não tivesse o apoio do marido, quando ela ia estudar e trabalhar ficava a criança com ele, ele ia trabalhar e quando chegava ficava. Quando ela foi fazer faculdade na UFMG, já tinha um filho de quatro anos e quando ia para Belo horizonte engravidou e quando foi apresentar o percurso o marido foi junto, o que é muito difícil hoje em dia nas comunidades indígenas. Por isso a importância de uma rede de apoio para essas mulheres para que consigam se fortalecer e alcançar seus objetivos.

Em momento nenhum ele falou não para mim. Se desse para eu levar levava se não desse ficava, ele fala eu entendo, você está lutando em prol de todos nós, se eu não posso está lá no meio, qualquer coisa, mas você está, eu tenho que fazer minha parte em casa, uma grande parceira o mesmo sempre apoiando”. Mas infelizmente isso é muito difícil, ainda mais no meio de nós mulheres indígenas e no meio dos homens indígenas apoiarem a mulher a estudar.

Erilsa mãe de cinco filhos

Erilsa teve todos seus partos na aldeia, ela conta que quando teve seu primeiro filho trabalhava na saúde e ela se lembra que tinha um médico que falou com ela ‘Oh Erilsa, eu estou com dó de você ter seu nenê parto normal, eu quero te fazer uma cessaria, ele era ginecologista e obstetra, ‘Deixa eu fazer a cessaria em você’ eu falei de jeito nenhum Dr. Quero não. O parto da minha mãe foi na aldeia eu quero ter na aldeia, com todos os rituais, banhos de ervas que são feitos e no resguardo o tradicional pirão de galinha caipira.

2.4 A participação das mulheres indígenas na comunidade

Erilsa fala que ainda é pouca a participação das mulheres nos movimentos indígenas, mas que elas estão em outros lugares, na fabricação de artesanatos, no turismo trabalhando em pousadas, nas praias em suas casas conquistando sua independência financeira. Ela fala que cobra muito a presença das mulheres nos espaços das aldeias, em mutirões comunitários, ela fala que talvez por se sentirem intimidadas pelos ciúmes dos maridos.

Ela faz a observação de que a mulher indígena, se torna a chefe da casa, uma grande guerreira, trabalha, cuida das crianças, e são muito corajosas, mais que sente falta de mais mulheres com ela no movimento indígena, da interação delas, falar mais nas reuniões, marcar mais presenças e vê mais a participação das mulheres em reuniões escolares.

Por fim me falou que lhe dá muita alegria e inspiração, é o conhecimento ancestral dos mais velhos, que não sabiam ler, nem escrever, mas tinha a sabedoria para conduzir o território com os conhecimentos que eles tinham. Ela gosta de se inspirar neles e tem alegria de poder guardar e preservar essas memórias e conhecimentos. Ressalta a coragem da índia Josefa que enfrentou o ICMBIO, e fala que deseja a coragem que tinham.

Analisando essa conversa com Arissana e com Erilsa podemos refletir que as experiências como mulher indígenas mudam de acordo com o território onde vivem. Mas que as demandas que enfrentam são sempre as mesmas, as mesmas lutas por espaços, para mostrar suas lutas cotidianas e seu protagonismo.

Erilsa mostra a luta para se tornar a vice cacica da aldeia Barra Velha que é um espaço majoritariamente masculino, e que ainda carrega muitos resquícios do colonizador em relação a espaços de lideranças que ainda são considerados espaços exclusivamente masculinos.

Um exemplo da importância da participação das mulheres indígenas na comunidade é a Associação das Mulheres Indígenas da Aldeia Boca da Mata. Abordarei o tema na seção seguinte.

2.5 Associação das Mulheres Indígenas da Aldeia Boca da Mata

Nesta organização social, mulheres indígenas, como Juliana Da Conceição Santana, Diane Santana, Tango Pataxó e outras, fazem um trabalho de oficina, onde fabricam produtos naturais, como o sabão de plantas medicinais, óleos, óleo de amesca, óleo de coco, garrafadas, pomadas anti-inflamatórias, cicatrizantes. Estes têm diversas funções. Também são fabricados artesanatos feitos de penas, sementes e madeira. Mensalmente as mulheres indígenas realizam uma exposição em Caraíva- Bahia, onde esses produtos são comercializados.

Juliana conta que aprendeu as técnicas de fabricação do sabão e outros produtos em um curso de gestão econômica, oferecido pelo estado da Bahia. Nesta formação elas tinham as oficinas de artesanato e dos sabões medicinais. Essa ação do estado ocorreu em 2016.

Durante a pandemia, muitos ficaram sem renda e viram na produção e venda desses produtos artesanais uma fonte de renda. Nessa produção as mulheres indígenas priorizam o uso de matérias-primas naturais, como folhas, cascas e sementes das plantas medicinais, o que gera valor em tudo o que é produzido.

O trabalho dessas mulheres é muito bonito, pois elas fabricam os produtos a partir de materiais naturais, de forma sustentável e com a valorização da cultura tradicional.

Além disso, essa atividade é uma ótima fonte de renda para as mulheres da comunidade que se interessem em aprender. Através da associação elas têm a possibilidade de alcançar a independência e a autonomia financeira. Abaixo encontram-se fotografias dos produtos artesanais e da feira de Caraíva. Todas foram cedidas pela Associação das Mulheres Indígenas da Aldeia Boca da Mata.



Figura 1: Exposição dos produtos na feira de Caraíva
Fonte: acervo da associação



Figura 2: Comercialização de produtos durante a exposição
Fonte: acervo da associação



Figura 3: Sabões medicinais
Fonte: acervo da associação



Figura 4: óleos e pomadas anti-inflamatórias
Fonte: acervo da associação



Figura 5: Tipi e rapé
Fonte: acervo da associação



Figura 6: Garrafadas e artesanatos feitos com materiais naturais
Fonte: acervo da associação

A sabedoria tradicional indígena presente nos produtos fabricados pelas mulheres da associação, também pode ser observada nos cuidados relacionados à gestação e ao parto. Na seção seguinte abordarei a sabedoria tradicional indígenas a partir dessa perspectiva.

2.3- Parto e nascimento: as experiências das mulheres indígenas

O parto e nascimento são um grande momento na vida das mulheres Indígenas onde, além de nascerem novas crianças, nascem novas mulheres. Com divisões sociais diferentes e o que se nota em grande parte das mulheres indígenas é uma grande diferença em partos na aldeia realizados por parteiras e partos realizados em hospitais. Infelizmente nas instituições hospitalares sofremos preconceito e falta de empatia. Muitas vezes somos atendidas com descaso.

Parto e cuidados

Nesta seção falarei das mulheres que ganharam bebês recentemente em minha aldeia e dos cuidados com as gestantes em tempo de pandemia.

O Brasil foi o país que mais teve morte de gestantes por coronavírus, portanto em minha aldeia decidimos que seria de suma importância estudar como as mulheres indígenas estavam recebendo cuidados para o enfrentamento do vírus.

Os riscos em gestantes são graves, com um alto índice de chances de internações em UTI. E também não sabemos quais são os efeitos do vírus nas mulheres gestantes e nos recém-nascidos. Por isso é preciso haver uma rede de proteção e de cuidados em torno das gestantes, das mães e de seus bebês

Na Aldeia Boca da Mata houve sete casos confirmados, o que causou uma grande preocupação. Conversei com o enfermeiro que atende a comunidade e ele me informou que 16 gestantes engravidaram no período de pandemia, destas 9 ganharam seus bebês neste contexto. Essas mulheres estão tendo o acompanhamento regular e orientações através de palestras para auxiliar nos cuidados com o bebê, com a gravidez e também com si próprias.

O pré-natal tem sido feito mensalmente por uma enfermeira que é do polo de Porto Seguro. Temos consultas com o clínico geral e ginecologista. Em relação aos exames, o material é colhido pelo enfermeiro na unidade, sendo posteriormente levado para ser analisado em Porto Seguro, para evitar o deslocamento da gestante.

Os cuidados são individuais e também coletivos. A unidade do posto realiza palestras para conscientizar sobre os cuidados com higiene, principalmente das mãos, o

uso da máscara e também alertam para a necessidade de evitar saídas recorrentes da aldeia.

O cuidado também se dá quando alguém apresenta sintomas de covid, nestes casos, o material é coletado pelo técnico de enfermagem, e o teste é realizado. Se o resultado der positivo o paciente cumpre sua quarentena, com o cuidado de se resguardar para não transmitir para outras pessoas.

O cuidado também é muito importante nas puérperas, antes tinha-se o costume de visitar a parida e o bebê, hoje nós nos resguardamos para protegê-las. Então deu-se um tempo nas visitas, e o contato tem sido feito por meio das redes sociais. Cuidar do outro e manter o distanciamento é também um ato de amor solidário.

Pude observar uma amostra desse amor solidário quando um parente ficou doente e várias pessoas da comunidade prepararam banhos, xaropes, garrafadas, para que ele e sua família se recuperassem.

Os remédios tradicionais estão muito ligados ao cuidar e ao processo de cura. Por causa de covid houve na aldeia um aumento da demanda por lambedores, xaropes e garrafadas. Esses remédios são feitos e administrados para aumentar a imunidade e amenizar os sintomas de coronavírus. Alguns desses remédios tradicionais são:

- Xaropes
- Banhos
- Garrafadas
- **Ervas e cascas como:**
- Químio
- Favaquinha de galinha
- Folha de laranja
- Folha de pitanga
- Folha de acerola
- Folha de arruda
- Carqueja
- Folha que guarda-mão
- Cipó do ar
- Nega lina
- Folha de Guiné
- Casca de aroeira

- Casca do caju

Abaixo encontram-se fotografias de algumas folhas e cascas utilizadas como remédios tradicionais:



Figura 7: Folha da pitanga
Fonte: acervo da autora (2021)



Figura 8: Folha de aroeira
Fonte: acervo da autora (2021)



Figura 9: Folha de favaquinha de galinha
Fonte: acervo da autora (2021)



Figura 10 Folha de Quiolô
Fonte: acervo da autora (2021)



Figura 11: Casca da aroeira
Fonte: acervo da autora (2021)

A casca da aroeira auxilia na cicatrização dos partos: normal cesárea. Ela é utilizado em banhos de assento.



Figura 12: Casa do cajueiro
Fonte: acervo da autora

A casca do cajueiro auxilia na cicatrização dos partos: normal e cesárea. Ela é

utilizado em banhos de assento.

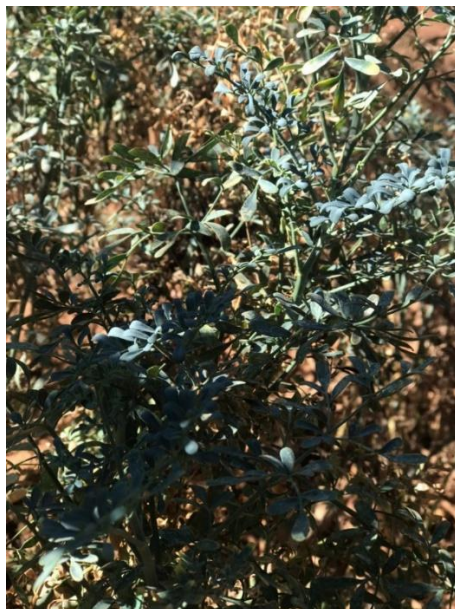


Figura 13: Folha da arruda
Fonte: acervo da autora (2021)

A folha da arruda auxilia na limpeza no útero da mulher puérpera. A folha da arruda é misturada à cachaça para o preparo da temperada, que deve ser tomada pela puérpera e pelas pessoas que vão visitar o bebê.

2.4- Cuidados durante a pandemia

Com a pandemia, houve a necessidade de suspender as aulas presenciais que tínhamos em abril, em função disso começamos a ver a possibilidade de estudar virtualmente. Diante desse contexto surgiram projetos de extensão que abrangiam a realidade de várias pessoas do Curso. O projeto começou com a criação de um grupo cujas as atividades tiveram início no dia 01 de agosto de 2020.

Participaram dele mulheres indígenas e não indígenas, estudantes do Fiei, ex estudantes e professoras. Nele relatamos as nossas vivências de partos, de vida, os cuidados com a saúde da mulher e de como os remédios tradicionais fazem o papel de cura.

Nós mulheres indígenas fizemos relatos de foi a nossa experiência de gestação,

dos cuidados envolvidos no pré e no pós-parto. A gravidez é um momento de geração, não só geração de uma nova vida, mas também a geração de uma nova mulher. E quando uma mulher pari, pari a si própria, pari novas experiências e novos modos de ver e de viver a vida.

As trocas de experiências e cuidados são de suma importância para manter uma rede de solidariedade entre nós mulheres e familiares. Pensando nos cuidados, discutimos como a pandemia afetou diretamente a vida das mulheres gestantes e paridas e de como estavam sendo realizados esses cuidados.

A proposta foi discutir e falar das mulheres que tiveram bebês na nossa comunidade. No âmbito do projeto fizemos um mapa da aldeia e localizamos as casas que haviam gestantes e puérperas, com o foco em verificar como a pandemia estaria afetando a vida das gestantes e de como estavam sendo feitos os cuidados com elas durante a pandemia.

No dia 30 de setembro de 2020, tivemos um encontro para decidir como seriam apresentados todos esses conhecimentos e para discutir aspectos ligados às pesquisas. Na sexta-feira dia 02 de setembro, tivemos um lindo encontro, onde apresentamos nossos relatos, conversamos sobre os remédios medicinais e os cuidados que nossas comunidades indígenas tiveram e de como estava sendo o acompanhamento da equipe médica em nossa aldeia.

Foi emocionante ver tantos relatos de parto e também triste perceber que tantas mulheres passam por violência obstétrica, um momento que seria tão bonito, mas que diante da violência se transforma em um momento de sofrimento e desamparo.

Mas é nisso que nós mulheres indígenas seguimos lutando, por reconhecimento e pelo direito de viver o parto de maneira normal, com a atenção e os com os cuidados que temos na aldeia, pois há relatos muito mais bonitos de mulheres que tiveram filhos com parteiras, em uma experiência onde a mãe e a criança são cuidados.

Na minha aldeia por exemplo depois que a parteira faz o parto, ela continua a visitar a casa da puérpera, para preparar alimentos, ajudar no banho e nos cuidados com criança. Esse modo bonito de cuidar é o que precisamos.

Gostaria que nos hospitais eles tivessem um pingão dessa atenção com as gestantes

Mesmo diante da constatação de que não há esse cuidado nas instituições hospitalares, seguimos fortes e com a esperança de que um dia o ambiente de parto seja mais *humano e acolhedor*.

Conversar sobre isso com outras mulheres durante o projeto nos fez pensar sobre

os preconceitos e estereótipos que cercam as mulheres indígenas, os maus tratos na hora do parto. A título de exemplo, há uma fala recorrente de que nós mulheres indígenas não sentimos dor ao parir, o que desencadeia uma série de maus tratos e descasos com nossa saúde.

“Eu mesma sofri negligência médica”

Cheguei ao hospital às 7:30 , logo entrei para sala de parto, mas não vieram conversar comigo, nem fazer toque. Aí eu fui perguntar a enfermeira se o médico não ia fazer o toque, ela me falou que depois ele viria; ele veio, fez o toque e falou que estava com 5 centímetros de dilatação e que a bolsa não havia estourado. Fiquei lá fazendo exercícios para ajudar a dilatar, e com o passar das horas ia ficando apreensiva, e nada de ir enfermeira para olhar, até que chegou outra mulher na sala de parto e aí eu ficava olhando como a barriga dela estava descendo, e a minha não. Fui lá novamente umas doze e meia perguntar a enfermeira se era normal demorar tanto, ela falou que era para eu ficar tranquila que não estava na hora ainda; eu perguntei se talvez fosse cesariana, ela falou que não, que primeiro parto demora mesmo, e as dores iam aumentando ao ponto de não conseguir andar nem fazer os exercícios. As horas foram passando e eu com uma sensação ruim, quando encontrava uma força eu ia fazer os exercícios mas via que minha barriga estava muito alta, e aquilo ia me apavorando, as horas iam passando, as dores também até que às 16:20 uma enfermeira me chamou e o médico falou assim: “E você que está agoniada, vamos estourar sua bolsa”. Então subi na maca e ele estourou a bolsa; aí ouvi ele cochichar com a enfermeira “o cordão” ai meu coração já acelerou , ele falou desesperado para a enfermeira para ela preparar tal remédio e me encaminhar para a sala de cirurgia. Eu comecei a ficar desesperada pois não me falavam nada; ele se apressou e mandou me levar para a sala de cirurgia, que era um pouquinho longe da sala de parto e pediu para ficar na posição de quatro, a enfermeira perguntou “ela vai assim pois estava com roupa do hospital que é toda aberta atrás “ ele gritou que ninguém ali estava ligando para isso não”. A enfermeira falou para eu ficar calma que ela ia jogar um lençol em mim e fomos. Lá eles estavam todos apavorados e eu sem entender nada, e na minha mente meu bebê já estava morto pela maneira que eles estavam, pediram para eu me curvar ao máximo e aplicaram três agulhadas na minha

coluna, daí não senti mais nada, apenas um frio extremo e uma coceira, uma ânsia de vômito. Era como se eu não estivesse no meu corpo e sentia o desespero. Comecei a orar mentalmente e pedir a Deus que meu filho não morresse. Eles iam conversando e eu agoniada até que senti um frio, e um puxão, era meu bebê. Ele deu um primeiro choramingo fraco e eles falando que o cordão umbilical era muito grande, a enfermeira trouxe ele para eu dar um beijo e logo o levou. Aí o médico falou assim, “você viu o sexo do bebê, a enfermeira falou que não, que o desespero foi tanto que ela nem olhou”. Ai eu, mesmo sem força para falar, falei que era um menino. Sentia eles me costurando. Logo que terminou, fui para o quarto onde ficava as puérperas, e lá foi uma outra enfermeira levar meu bebê. Quando chegou lá, ela falou que eu tinha cara de índia mesmo, e falou assim que índia não sente dor. Fiquei tão sem ação! Ela colocou ele do meu lado, falou que ele se parecia comigo e saiu. Participei de um grupo no qual havia mulheres de todas os estados brasileiros e vi que o índice de descaso com nós mulheres era grande, praticamente todas já sofreram algum descaso médico na hora do parto. E muitas falaram que não queriam mais ser mães, pelo trauma de como foram tratadas nos hospitais. Infelizmente nós mulheres, principalmente as indígenas e as negras estamos a mercê dessa falta de responsabilidade e de profissionalismo. O médico que fez meu parto já tinha um histórico de violência obstétrica o que me deixava ainda mais apavorada. Ao contrário de relatos de mulheres que tiveram o parto com parteiras na aldeia, onde fica claro o amor e carinho que são tratadas, os cuidados, os banhos, a explicação de como devem fazer a respiração, tudo isso muda, esse acompanhamento e cuidado que as parteiras têm.

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

O movimento de mulheres indígenas (feminismo indígena) começou a ser organizado no Brasil na década de 70 e 80. Não era algo institucionalizado, e começou com as mulheres ganhando voz e levantando questões relacionadas ao gênero dentro do movimento indígena. Conforme contextualiza a publicação “Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas”:

As duas primeiras organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas surgiram na década de 1980. As pioneiras foram a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracará, Rio Uaupés e Tiguié (Amitrut). As demais foram constituídas a partir da década de 1990. Em 2000, na Assembléia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), em Santarém, Pará, foi reivindicada a criação de um espaço específico para as demandas das mulheres indígenas. (Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas. Brasília: INESC, 2008, p. 87)

Atualmente, o feminismo indígena está mais organizado e articulado do que nas décadas anteriores. Não é raro vermos mulheres indígenas liderando movimentos que falam não só sobre as questões específicas de gênero, mas também sobre questões cruciais do movimento indígena como um todo. Com o avanço da Internet, as mulheres indígenas começaram a se articular pelas redes para levar as pautas do feminismo indígena aos espaços feministas, por meio do ciberativismo e do etnojornalismo.

Mas é importante lembrar que mesmo antes das organizações dos movimentos, as mulheres indígenas já estavam em luta, é o que nos apresenta a pesquisadora indígena do povo Pataxó Hãhãhãe, Daniella Gomes de Freitas. Em seu percurso acadêmico intitulado “Luta e resistência das mulheres no território Pataxó Hãhãhãe” a autora analisa o apagamento histórico feminino e dá relevo ao papel fundamental das mulheres indígenas na luta pelo território, pois elas eram a base de sustentação da luta, uma vez que estavam:

[...] plantando, colhendo, vendendo, fazendo farinha e artesanato, se preparando para a luta pelo território. E os maridos estavam se preparando espiritualmente e montando estratégias. Para que nada viesse acontecer de errado nas ações da conquista territorial. A mulher

sempre teve o papel fundamental em todo o movimento de reconquista territorial, pois elas cozinham, organizavam as rezas e tohés, e mantinham o ambiente todo agradável. (2020, p. 21)

Freitas verificou que a invisibilização das mulheres é presente nas sociedades indígenas, porque estas carregam resquícios da colonização, no que diz respeito as estruturas patriarcais de dominação da mulher. Mas este cenário vem se transformando, porque:

Atualmente elas têm desenvolvido um papel fundamental na comunidade, ocupando espaços, sendo o braço direito dos homens e das lideranças. As mulheres começaram a fazer um trabalho junto com CIMI e outros parceiros que Contribuíram com essa transformação. Começaram a ter voz ativa dentro da Comunidade. Foi quando elegemos uma mulher cacique, uma primeira diretora. As outras funções são selecionadas através de concurso com base na formação profissional de cada concorrente como: primeira técnica de enfermagem, agente de saúde, advogada, médica, motorista da SESAI e atualmente estamos ocupando várias posições. Mas, mesmo as mulheres ocupando esses espaços, ainda permanece a preocupação dos homens em elas (FREITAS, 2020, P. 22).

As mulheres seguem em luta, pois o povo indígena é uma minoria social e política e desde 1988 sofre um dos momentos mais violentos de sua história, principalmente pelos frequentes embates com madeireiros e ruralistas na Amazônia. Os dados são de um relatório recente da ONU: “Para se ter uma ideia, em 2007 o número de índios assassinados chegou a 92.

Em 2014, no entanto, esse número havia aumentado para 138. A maior parte das mortes foi registrada em Mato Grosso do Sul. O local é palco de conflitos em razão das disputas de terras, causadas pela lentidão do Governo em demarcar terras ancestrais pertencentes a povos indígenas.

Em decorrência disso, não é incomum que índios sejam despejados, expostos aos riscos de viverem acampados em beiras de estradas ou até mesmo mortos nesses conflitos”. Os índios Guarani-Kaiowá, por exemplo, estão 100% expostos à fome.

Em um relatório mais antigo da ONU, de 2013, o documento destacava como “em todo mundo, povos indígenas sofrem com a exclusão social, a pobreza e a migração, além da discriminação e da invisibilidade social. O estudo mostra que a violência contra as indígenas é intensificada pelo histórico de dominação colonial, exclusão política e

econômica e a falta de serviços básicos. Enfrentam ainda negligência, exploração, tráfico humano, trabalho escravosuas aldeias

Além das diversas violências externas, incluindo estupros e exploração sexual, as mulheres e meninas indígenas enfrentam problemas dentro das próprias comunidades, como violência doméstica, e violências resultantes de hábitos externos introduzidos nas aldeias, como o abuso do álcool. Conforme explica Mayara Melo em seu texto “Mulheres Indígenas - Opressão, Violência e Resistência”.

As indígenas reconhecem e denunciam inúmeras práticas discriminatórias que sofrem: casamentos forçados, violência doméstica, estupros, limitações de acesso à terra, limitações para organização e participação política e outras formas de dificuldade enfrentadas em consequência do patriarcalismo presente em suas comunidades. Embora esse seja um campo delicado de tratar, devido ao enfoque específico e multicultural que precisa ser dado, é necessário ouvir o que as organizações de mulheres indígenas estão reivindicando (Mayara Melo, 2011, p.1)

São questões que tornam necessário um olhar mais atento para as particularidades da cultura indígena, como um recorte dentro da Lei Maria da Penha para contemplar as diferentes necessidades das mulheres indígenas em relação ao abuso sexual, a proibição de bares dentro das aldeias entre outras ações tomadas de acordo com as especificidades desses grupos.

Ecologia e feminismo indígena: as mulheres indígenas na linha de frente dessa batalha. São os grupos à margem da sociedade que menos contribuem para as mudanças climáticas e danos ambientais, porém são os mais afetados por eles. Dentro desses grupos, são as mulheres que sofrem mais com a devastação ambiental. No Brasil, os índios já sentem os efeitos das mudanças climáticas, mas: “As mulheres indígenas são as mais gravemente afetadas pelo modelo de desenvolvimento econômico imposto no Brasil. São elas que sofrem de forma mais contundente os impactos provocados sobre o meio ambiente.

Quando os indígenas perdem acesso aos recursos ambientais que garantem sua segurança e soberania alimentar, são as mulheres as mais penalizadas, pois geralmente são elas as responsáveis por cuidar da alimentação. Essa é uma característica comum a muitas comunidades tradicionais”, destaca Mayara Melo (2011, p.1).

Em contrapartida, são as mulheres indígenas que estão se articulando e enfrentando, diariamente, essas questões. Sônia Guajajara é coordenadora-executiva da

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e esteve na Conferência do Clima, a COP 21, em Paris, em 2015. “Os impactos dos projetos de desenvolvimento têm levado mulheres do mundo inteiro a protagonizar lutas dos mais variados tipos, buscando defender a preservação dos seus ecossistemas, a integridade física de suas famílias e o respeito às suas culturas” – trecho do artigo “Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local” (2013, p.219).

3.1- Primeira marcha das mulheres indígenas de 2019 e a criação da ANMIGA em 2121

Em um ambiente hostil às populações indígenas no Brasil tem provocado vários movimentos de resistência e luta pelos direitos indígenas, com forte participação das mulheres. Dentre estes movimentos podemos destacar o acampamento Terra livre, com destaque para edição de 2019, pois ali se configurou um espaço orgânico de atuação levando pautas importantes para o centro do debate da mobilização que resultou na primeira Marcha das Mulheres Indígenas com a união de 2500 mulheres de 130 povos, em Brasília, no dia Internacional dos Povos Indígenas, em 9 de agosto daquele ano (APBI, 2021).

“A Marcha, cujo lema seria “Território: nosso corpo, nosso espírito” foi pensada desde 2015 como um processo de formação e de fortalecimento com sustentada ação de articulação com diversos movimentos” (APBI 2021). Na edição de 2020 fizemos uma mobilização histórica, pois devido a pandemia de covid19, decidimos demarcar as telas sob a temática de “O sagrado da existência e a cura da terra”. Essas experiências de insurgência reforçam o protagonismo da mulher indígena e a sua participação decisiva na luta.

A população indígena do Brasil é formada por 305 Povos, falantes de 274 línguas. Somos aproximadamente 900 mil pessoas, sendo 448 mil mulheres. Nós, Mulheres Indígenas, lutamos pela demarcação das terras indígenas, contra a liberação da mineração e do arrendamento dos nossos territórios, contra a tentativa de flexibilizar o licenciamento ambiental, contra o financiamento do armamento no campo. Enfrentamos o desmonte das políticas indigenista e ambiental(ANMIGA2021).

Pela importância de nossas pautas e da ampliação de nossa atuação dentro do movimento indígenas, as mulheres indígenas decidiram se articular oficialmente através

da ANMIGA – Articulação de Mulheres Guerreiras da Ancestralidade. A ANMIGA reúne mulheres indígenas de todos os biomas do Brasil, com seus conhecimentos, tradições, identidades e lutas que se mobilizam em prol da garantia dos direitos dos povos indígenas.

Nossa ligação com a terra é ancestral, portanto o movimento precisa da nossa força pois, “Nós, Mulheres Indígenas, também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossas ancestrais. A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo” (manifesto das primeiras brasileiras, APIB, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS CONTINUA

Neste trabalho procurei evidenciar os estereótipos e os preconceitos que cercam as mulheres indígenas, sejam estes vivenciados cotidianamente ou através de meios de comunicação como a televisão, a literatura e o cinema. Por meio de análises bibliográficas pretendi mostrar como as mulheres indígenas têm buscado o seu protagonismo social, na luta pelos seus direitos, e pelos do seu povo e na quebra dos preconceitos e estereótipos impostos a elas.

Na introdução do texto me apresentei e fiz uma descrição da minha terra indígena. No primeiro capítulo refleti sobre as representações das mulheres indígenas em diferentes meios de comunicação. No segundo capítulo, trago as mulheres indígenas escrevendo e utilizando suas escritas como instrumento de luta e de reivindicação de direitos

No terceiro capítulo apresento as mulheres indígenas na luta e na vida cotidiana. Para fundamentar meus argumentos realizei entrevistas com duas mulheres indígenas que são referências de luta para outras mulheres indígenas. Elas generosamente compartilharam comigo as suas vivências e conquistas de lutas diárias para ocupar espaços e combater o machismo estrutural dentro de suas comunidades e fora delas.

Disserto sobre o quanto os estereótipos e preconceitos nos expõe a violência, uma vez que há um discurso cruel e racista entre alguns profissionais de saúde, de que as mulheres indígenas não sentem dor, por isso não são raros os casos de maus tratos direcionados às mulheres indígenas quando passam por uma experiência de parto em

instituições hospitalares.

Em contrapartida os partos tradicionais na aldeia são completamente diferentes, pois a todo um acolhimento por parte da parteira, e de como a medicina tradicional, com ervas , banhos, e garrafadas, que são de suma importância no cuidar e curar a saúde da mulher indígena e dos cuidados das mulheres grávidas durante a pandemia.

Na busca por um aprofundamento na luta das mulheres indígenas, investiguei o início das grandes organizações e movimentos de mulheres indígenas em busca de visibilidade através da luta, e da articulação do que se pode chamar de feminismo indígena. Estes movimentos e organizações buscam defender as mulheres , os biomas , os costumes e território indígena.

Dessa instituições e movimentos destaco a primeira marcha de mulheres indígenas e a ANMIGA, pois estas reúnem mulheres de várias etnias em prol da luta pelo direito a vida dos seus povos e do respeito pela sua forma tradicional de viver, pelo respeito ao território sagrado, pela medicina tradicional e pela luta para que todos os direitos já assegurados sejam mantidos.

Pude observar que é latente o desejo das mulheres indígenas de decidirem sobre suas próprias vidas, pois conforme a fala inspiradora da Arissana “o lugar da mulher indígena hoje é onde ela queira e tenha oportunidade de estar, acredito que temos que ter essa liberdade de escolha”. Outra inspiração para nós é Erilsa e a sua luta para se tornar a vice cacica da aldeia Barra Velha, o que representa uma grande conquista, porque esse espaço de liderança dentro da aldeia é majoritariamente masculino.

Evidencio essa luta incessante da mulher indígena pela quebra dos preconceitos e do controle patriarcal, que tanto impedem a presença das mulheres indígenas em diversos espaço. Aprendi com minha pesquisa que infelizmente o caminho para nós mulheres é sempre mais trabalhoso e cheio de obstáculos, o que torna a nossa jornada ainda mais longa , mas não podemos desistir , temos que mostrar nossas inquietações para desafiar os padrões normativos.

Devemos mostrar a nossa voz, a nossa escrita , a nossa cultura e a nossa representatividade para trilhar uma estrada igualitária para ambos os gêneros, para que futuras meninas e mulheres possam se espelhar em mulheres guerreiras e não tenham tanta dificuldades, que elas possam construir um degrau para a outra subir.

Escolhi esse tema porque tinha muita vontade de mostrar o quanto nós mulheres indígenas somos fortes e plurais, que fugimos dessa maneira deturpada que somos vistas apenas como genitoras e submissas, pois muitos nas aldeias pensam que devemos ser

apenas isso. Mas nós somos capazes de revolucionar o nosso caminho e ir atrás dos nossos sonhos.

Espero que o presente trabalho sirva de incentivo e abra novas discussões desse tema para outras pesquisadoras, pois creio que esse debate abre um leque para inúmeras discussões. O meu percurso foi um breve mergulho, e a partir dele pretendo buscar mais conhecimento para que em pesquisas futuras eu possa me aprofundar no universo feminino indígena permeado pelas experiências de vida das mulheres indígenas, o seu protagonismo social, o seu conhecimento ancestral, assim como os preconceitos que elas enfrentam fora e dentro da aldeia, entre outros desdobramentos. Pretendi através deste trabalho criticar os estereótipos preconceituosos e equivocados construídos sobre as mulheres indígenas para demonstrar que nós somos

[...] muitas, somos múltiplas, somos mil-lheres, cacicas, parteiras, benzedeiras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo (Manifesto das Primeiras Brasileiras, APIB, 2021).

E seguiremos em luta, seja qual for o espaço que ocupemos, pelo direito à terra, à vida, à educação e a saúde diferenciadas e um modo de vida alinhado com a nossa identidade e cultura.

REFERÊNCIAS

ANMIGA. **Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade**. Disponível em: <https://anmiga.org/>>. Acesso em: 27 julho. 2021.

APIB - Associação dos povos indígenas do Brasil. **Manifesto das primeiras brasileiras**. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2021/03/05/manifestodasprimeirasbrasileiras/#:~:text=cura%20da%20terra%E2%80%9D.%C2%A0,N%C3%B3s%2C%20Mulheres%20Ind%C3%ADgenas%2C%20tamb%C3%A9m%20somos%20a%20Terra%2C%20pois%20a%20Terra,%C2%A0,-Como%20calar%20diante>>. Acesso em: 27 julho. 2021.

BARCELLLOS, Gilsa Helena. **Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local**. Revista Katálysis [online]. 2013, v. 16, n. 2 [Acessado 2 Agosto 2021], pp. 214-222. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200007>>. Epub 25 Nov 2013. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200007>.

FREITAS, Daniella Gomes de. **Luta e resistência das mulheres no território pataxó Hãhãhãe**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

KAUSS, Vera Lucia. T; PERUZZO, Andreana. **A inserção da mulher indígena Brasileira na sociedade brasileira contemporânea através da literatura**. In: Espaço Ameríndio, Porto Velho, v.6, n.2, p.32-45, jul./dez.2012

MELLO, Mayra. **Mulheres indígenas: violência, opressão e resistência**. Disponível em: <<https://mayroses.wordpress.com/2011/11/25/mulheres-indigenas-violencia-opressao-e-resistencia/>>. Acesso em: 28 julho. 2021.

MUNDURUKUN, Daniel. **Coisas de Índio**. São Paulo, Ed. Callis, 2003.

POTIGUARA. Eliane. **Poemas** Disponível em: <https://www.google.com/search?q=poema+brasil+eliane+potiguara&rlz=1C1RRWD_enBR960BR960&oq=&aqs=chrome.0.69i59i450i7.1618708j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8#:~:text=Eliane%20Potiguara%20-%20UFJF,PDF>. Acesso em: 05 junho. 2021.

PUBLICA. **Relatório da ONU**. Disponível em: < <https://apublica.org/2021/03/novo-relatorio-da-onu-sobre-conservacao-das-florestas-ressalta-e-evidencia-tudo-o-que-e-negado-por-bolsonaro-diz-lider-indigena/?amp>>. Acesso em: 05 junho. 2021.

VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008.

XAKRIABA, Célia Nunes Correa. **O barro, o jenipapo e o giz, no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. Dissertação (Desenvolvimento sustentável) - Universidade de Brasília, 2018.